

---

## DIVERSIDADE COMO CÂNONE: ESTUDOS LITERÁRIOS EM PORTUGUÊS<sup>1</sup>

---

IDA ALVES\*

---

### RESUMO

A partir da divulgação da primeira versão da Base Nacional Comum Curricular, publicada pelo Ministério de Educação (MEC) em setembro de 2015, e sua segunda versão, em abril de 2016, desenvolve-se neste texto reflexão crítica sobre como os estudos literários em português são indicados nesse documento, sua presença e importância no ensino básico e médio brasileiro, com ausência de um projeto realmente amplo e mais efetivo de interculturalidade literária. O tratamento dado, nessa Base, à literatura portuguesa na formação literária plural de jovens leitores brasileiros e a importância da diversidade como cânone na compreensão contemporânea das literaturas de língua portuguesa e seu ensino são temas tratados neste trabalho.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ensino das literaturas de Língua Portuguesa, Cânone, interculturalidade, BNCC – MEC, Literatura Portuguesa.

---

Em setembro de 2015, o Ministério de Educação brasileiro, com a colaboração de grande equipe de assessores e especialistas das diferentes áreas de conhecimento, apresentou a versão preliminar da Base Nacional Comum Curricular a ser aplicada no ensino básico (ensino fundamental e ensino médio). Tal versão esteve em consulta pública até 15 de março de 2016. Ao examinar a proposta do MEC, muitos questionamentos foram feitos, inclusive, no campo dos estudos literários, mais especificamente sobre o deslocamento (para não dizer ausência) da literatura portuguesa em prol de pseudo-ênfase no estudo das literaturas brasileira, indígena e africana.

No período de consulta pública, a discussão foi se fortalecendo com diversas manifestações contra essa rasura da literatura portuguesa,

---

\* Professora de Literatura Portuguesa no Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil. Pesquisadora do CNPq. E-mail: idafalves@gmail.com.

como se não fosse essa produção também participante da cultura de língua portuguesa. A Base recebeu contribuições não apenas sobre estudos literários, mas igualmente em relação a todas as outras áreas de ensino, nas quais certas questões problemáticas foram apontadas, totalizando mais de 12 milhões de contribuições para sua revisão. Em abril de 2016, foi publicada a segunda versão revista, 652 páginas, com a incorporação de algumas sugestões e alterações significativas (embora ainda não completamente suficientes) em relação a objetivos, práticas e processos.<sup>2</sup>

Entretanto, desse contexto, o que nos interessa destacar é exatamente o lugar dos estudos literários no ensino formador de jovens leitores e, em decorrência, o modo como se configuram ou se desfiguram cânones para aplicação no ensino. No caso, qual *corpus* literário o Ministério de Educação brasileiro, por meio de seus consultores, considera fundamental para compreensão da cultura literária de língua portuguesa? Observamos desde já que não havia na primeira versão citação específica de autores e títulos de obras e assim continua na segunda, já que o foco é propor práticas e processos de aprendizagem a partir de determinadas áreas de conhecimento e suas unidades curriculares, e não recortes bibliográficos.

Para os que não estão familiarizados com o ensino brasileiro, podemos delinear de forma breve um quadro explicativo. Entre nós, o ensino de literatura no ensino fundamental e médio, nas últimas décadas, tem sofrido reduções e deslocamentos na grade curricular da grande área de linguagens, ocupando um espaço acessório. Em relação à presença de autores e obras de Portugal, essa situação é ainda mais preocupante, já que essa produção resta dependente de escolhas particulares de professores, sem haver um projeto de âmbito nacional sobre a necessidade de fomentar uma cultura literária diversificada em língua portuguesa. Em termos de cultura africana, houve a aprovação em 2003 da Lei n. 10.639/03 sobre a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, que visa recuperar um erro histórico de menos-valia da africanidade. Nesse sentido, atualmente, registram-se mais ações inclusivas demandadas, com justiça, por diversas questões culturais brasileiras, em razão da ligação profunda com África, pela visão de que o povo brasileiro, em sua grande parte,

tem, no seu sangue, relações com um passado africano que não pode ser ignorado. Porém, nessa diversidade, a cultura portuguesa não deve estar presente?

É claro que no Brasil tudo se complica por sua extensão continental e diferenças regionais e, por isso, devemos ter muito cuidado com afirmações generalistas para uma realidade tão múltipla. Nosso sistema educacional é gerido em diferentes níveis político-administrativos ainda que haja princípios e legislação válidos para todo o país, mas a aplicabilidade se modifica de acordo com cada realidade geográfica, cultural e econômica. De maneira geral, na atualidade, a literatura não é uma disciplina considerada central na educação dos jovens. Em seu conteúdo programático, a presença de autores portugueses só ocorre de forma propedêutica ou muito tangencial, para compreender a constituição da literatura brasileira (a Carta de Pero Vaz Caminha, algum Classicismo, algum Arcadismo). Por vezes, há a iniciação sobre literatura medieval (trovadorismo), época que não existe para o Brasil, mas que é comentada para explicar a origem da cultura literária em português, e isso no Ensino Médio, com jovens de 15 a 17 anos. Em certos estados brasileiros, nesse nível de ensino, essa iniciação faz parte do currículo obrigatório. Em outros, não há essa obrigatoriedade. Aliás, dependendo dos sistemas curriculares locais, a literatura pode até ser disciplina ausente, não aplicada, já que pode ser uma opção junto com Artes, Música e Educação Física. Em escolas públicas, há mais dificuldades de ensino; em determinadas escolas privadas, de tradição, ocorre a valorização das disciplinas mais humanísticas e seus conteúdos, com alunos recebendo uma cultura literária mais sistematizada. Como já dissemos, há leis, cargas horárias obrigatórias, currículo mínimo, mas a literatura acaba sendo um apêndice da disciplina língua portuguesa.

No Rio de Janeiro, realidade da qual podemos falar com mais conhecimento, no ensino público especialmente, a situação é muito difícil, sem haver relevância para os estudos literários na formação do jovem estudante. Não há nem mesmo a preocupação de definir um cânone a ser estudado. No caso da literatura portuguesa, então, compreende-se bem que nem mesmo seja citada. Um ou outro autor português pode estar presente nas aulas, como Fernando Pessoa, que

é quase um autor brasileiro, mas não é norma, nem opção continuada. Dependerá também da formação do próprio professor e de seu interesse por esses autores ou não. No nível superior, nos cursos de Letras, a disciplina Literatura Portuguesa está presente, mas cada Instituição tem a autonomia de compor seu currículo, de acordo com cargas horárias estipuladas por normas e portarias federais, distribuir essas cargas horárias e tornar essa disciplina apenas optativa. O fato é que, apesar de tudo, continuamos a formar professores de literaturas de língua portuguesa para atuação no ensino médio e superior, temos uma Associação Brasileira de Professores de Literatura Portuguesa – ABRAPLIP, a qual completou, em 2016, 50 anos de criação (uma das mais antigas Associações Universitárias, em termos nacionais) – e na maior parte dos cursos de Letras há disciplinas de literatura portuguesa e a possibilidade de continuar estudos de mestrado e doutorado nesse domínio. A pesquisa nessa área é muito viva ainda, mas o mercado de trabalho para o pesquisador/professor de literatura portuguesa é restrito. A criação de mais Universidades no Brasil, nas últimas décadas, com novos cursos de Letras, tem ajudado, com seus concursos docentes, no aproveitamento dos melhores pesquisadores.

Ora, a polêmica que se instituiu com a publicidade da primeira versão da Base Comum foi exatamente verificar que, na compreensão ministerial (e docentes/ técnicos educacionais que montaram essa Base ou colaboraram com sugestões e avaliações), a literatura portuguesa não é significativa para estudar interculturalmente (advérbio que tanto citam) a língua portuguesa e, com o passar do tempo, não sendo mais uma demanda oficial, o pouco que é ensinado poderá ser desconsiderado, já que seria um cânone sem diálogo com o cânone literário brasileiro e/ou africano.

Como essa primeira versão da Base Curricular só citava diretamente as literaturas brasileira, indígena e africana (sem dúvida núcleos importantes para compreensão de nossa cultura), certamente a literatura portuguesa não será nenhuma necessidade de conhecimento na perspectiva da escola ou dos professores de ensino básico e médio.<sup>3</sup> Se não há referência concreta à sua presença compondo as literaturas de língua portuguesa, os agentes de ensino poderão, com facilidade, descartar esse estudo de seus interesses imediatos, como, aliás, já vem

ocorrendo. Os jovens brasileiros, em sua grande maioria, já não leem mais autores como Camões, Gil Vicente, Eça ou outros escritores portugueses do século 19 ou mesmo 20. Pessoa é uma exceção, pois, como já dissemos acima, é considerado um poeta nosso. Está na voz da cantora Maria Bethânia, está em citações, em domínio público, possibilitando muitas edições de sua poesia, sobretudo. Mas há que se considerar também que a questão não é apenas literatura portuguesa; os jovens brasileiros, em grande maioria, não leem mais Machado de Assis, por exemplo, nome incontornável de um cânone nacional. Além disso, o estudo literário, nas escolas e colégios, ousa pouco, limitando-se a determinadas épocas e autores consagrados mais afastados no tempo, silenciando uma rica produção contemporânea, seja em Portugal, nos países africanos de língua portuguesa e mesmo no Brasil, que poderia ser entrecruzada em diálogos bastante instigantes e interessantes para os leitores em formação. Portanto, o problema é como a literatura (ou essa parte da literatura) participa hoje da formação do jovem leitor; como o professor é agente ou não do gosto da literatura, como configuramos ou desfiguramos cânones literários. O certo é que os jovens que chegam aos cursos universitários de Letras vêm, cada vez mais, com reduzidas referências literárias, menos experiência de leitura estética e menos maturidade de reflexão crítica em termos de linguagem. Não trazem nem as indicações básicas para se dizer que conhecem um cânone literário brasileiro.

Já não é a primeira vez que há essa ação de silenciar os estudos literários portugueses em prol de um pretenso fortalecimento dos estudos brasileiros. No início da década de oitenta, o Prof. Afrânio Coutinho, ensaísta e crítico literário de renome, falecido em 2000, defendeu proposta de revisão crítica dos estudos de literatura brasileira sem necessidade de diálogo direto com a literatura portuguesa, o que causou bastante polêmica à época. Parecia que, para a literatura brasileira ser valorada, era necessário calar a outra literatura estrangeira, como se fosse irremediavelmente um cânone autoritário, um anacronismo colonial. Hoje, a argumentação é outra: deseja-se fortalecer a presença da cultura indígena e cultura africana, resgatar uma dívida do brasileiro com sua memória menos valorizada, com sua “identidade” ou suas relações étnicas fora do centro de seu

autorreconhecimento. Com essa perspectiva, a literatura portuguesa parece desequilibrar esse resgate. No entanto, todos os que conhecem bem essa literatura, incluindo aí professores, investigadores, críticos e leitores interessados, estão atentos e se manifestaram particular ou associativamente contra o deslocamento que a remete para um lugar indiferente de “outras literaturas estrangeiras” afastadas de nossa formação como cidadãos que pensam e sentem em língua portuguesa.

A argumentação contra essa posição é óbvia: temos um patrimônio em comum, a língua portuguesa, que aportou na nova terra chamada de “Vera Cruz” com os navegantes e prosperou em contato com as línguas indígenas e, depois, com as africanas. Cada literatura feita nessa língua tão múltipla de nuances fonéticas e lexicais pertence a todos os seus falantes. A rasura de uma só das literaturas de língua portuguesa torna menor a nossa cultura que pensa, cria e se manifesta em português. Tornamo-nos mais pobres, mais lacunares, menos diversos com a ignorância da cultura literária alheia feita também em português. E, quer se queira ou não, será impossível estudar a cultura brasileira de 1500 à atualidade, sem aqui e ali encontrar autores portugueses e questões literárias comuns. O modernismo brasileiro de 1922 apontou um corte e apresentou outro modo de pensar a nossa cultura, mas, mesmo assim, os diálogos existiram, já que os escritores/poetas são também, antes de tudo, leitores atentos de outros escritores e poetas.

Por outro lado, a questão deve ser examinada também politicamente em relação a certa inabilidade dos órgãos de cultura portuguesa no Brasil. Somos um grande mercado consumidor de tudo. Se existissem há muito políticas mais fortes sobre a presença da literatura/ cultura portuguesa no Brasil, com programas especiais, quebra de impostos de livros, maior circulação de escritores e obras, mais ações afirmativas do Instituto Camões em nossas Universidades e no Ensino Médio, com mais intercâmbios com Centros de Cultura, por exemplo, talvez hoje tivéssemos um quadro maior de presença e determinadas questões nem teriam razão de ser. Mas, o que se vê no século XX e agora no XXI, a impressão que se tem, é que os planos mais intensivos de divulgação cultural portuguesa foram destinados

mais a Europa, América do Norte, Ásia e alguma África, deixando o Brasil de fora, como se fosse já um fato certo, uma realidade inegável, a presença da literatura portuguesa entre nós. Pensamos que foi um descuido ou uma desatenção grave que aprofundou fossos entre Brasil e Portugal, ainda que se fale de “países irmãos” e outros chavões de amizade mútua.<sup>4</sup> Foi pena Portugal pós-74, por seus muitos motivos, ter virado, de certa forma, as costas culturais ao nosso país e, ao mesmo tempo, o Brasil, muito ensimesmado na sua complexidade e dimensão continental, também não ter se preocupado muito com isso. Só poderia decorrer desse quadro de “desconsideração”, silenciamento e distância. Devemos observar igualmente que a situação da literatura brasileira em Portugal também não é muito positiva. Sua posição nos currículos é tangencial e inexistente (ou raramente existe) em currículos do ensino liceal. Outra discussão a fazer...

Em fevereiro de 2016, um jornalista de *O Público*, Luís Queirós<sup>5</sup>, indagou-nos sobre a situação da literatura portuguesa no Brasil comentando o seguinte:

Sem grandes dados objectivos, e de modo mais ou menos intuitivo, parece-me que a literatura contemporânea portuguesa é hoje pouco conhecida no Brasil, e que isto provavelmente ainda é mais verdadeiro em sentido contrário. Num e noutro caso, exceptuam-se alguns autores, e algumas vezes, parece-me, por critérios mais comerciais do que estéticos. Na geração dos meus pais, qualquer família da pequena e média burguesia com hábitos de leitura teria nas suas estantes Bandeira e Drummond, Graciliano Ramos e Jorge Amado, e ainda alguns outros, como João Cabral de Melo Neto ou Érico Veríssimo. Hoje, em termos de popularidade em Portugal, não parece haver sucessores para estes nomes. Acha que este relativo desconhecimento mútuo pode ser eficazmente combatido ou atenuado por via escolar? (QUEIRÓS, 2016, s/p).

À sua pergunta respondemos que o que dizia era pertinente. Contudo o quadro é mais complexo: nas Universidades brasileiras e em seus cursos de Letras, quando há grupos acadêmicos sedimentados de literatura portuguesa, esse conhecimento contemporâneo existe. Basta ver a produção contínua de dissertações e teses brasileiras sobre a literatura portuguesa contemporânea. Alguns pesquisadores brasileiros são reconhecidos como leitores especiais de autores portugueses. Porém, se pensarmos no cotidiano, nas pessoas comuns de nível escolar médio,

esse desconhecimento é, sim, enorme. Nas Feiras de Livro, encontros midiáticos, alguns holofotes se viram para escritores convidados, por vezes, portugueses. Passam por Parati ou outras cidades, causam algum movimento, mas depois se calam na memória coletiva. O desconhecimento só pode ser combatido com ações inclusivas, com atividades contínuas, com apoios constantes, com políticas concretas sobre circulação de obras. A literatura contemporânea portuguesa é muito ausente no Brasil, assim como a literatura contemporânea brasileira é muito desconhecida em Portugal. Salvo engano, a obra de Ferreira Gullar, Prêmio Camões, só recebeu edição portuguesa a partir de 2010. Cegueira dos dois lados só pode ser curada com operações fortes de abertura de canais de comunicação e de circulação de obras e autores. Além disso, o trabalho dos cursos de Letras em prol dessas literaturas (em cada país) tem que ser apoiado, incentivado e fortalecido. Ao se formar um profissional de letras conhecedor das literaturas de língua portuguesa, ele se torna um agente de cultura, de divulgação, de transmissão. É preciso quebrar barreiras, intensificar diálogos, estudos comparativos, encontros de cultura de língua portuguesa. A ação tem que ser permanente. Não há fim para esse tipo de trabalho.

O professor Vitor Aguiar e Silva defendeu em 2015, na conferência de abertura do Congresso da Língua Portuguesa: *Uma Língua de Futuro*, decorrido em Coimbra, que “as autoridades dos diferentes países de língua oficial portuguesa construíssem um cânone literário comum, destinado aos alunos dos diferentes graus de ensino, e em particular aos do secundário, uma missão que, sugeriu, poderia ser centralizada no Instituto Internacional da Língua Portuguesa” (AGUIAR E SILVA, 2015). Nas palavras do emérito professor, o cânone literário “é um dos instrumentos mais poderosos e mais eficientes, e um dos mais autorizados e menos autoritários, que podem contribuir para a unidade da língua portuguesa”<sup>6</sup>. Para Aguiar e Silva (2015), a importância desse cânone literário estabelecido em comum seria poder mostrar aos alunos dos diferentes países como “os grandes escritores dos diferentes países de língua portuguesa trabalharam, afeiçãoaram e reinventaram” o português.

Concordamos com o que defendeu o Prof. Vitor Aguiar e Silva sobre a necessidade de haver instrumentos não autoritários que possam contribuir para o conhecimento da língua portuguesa. É

importante enfatizar a sua ideia de que é necessário “desenvolver o sentimento de pertença a uma comunidade linguística transnacional e transcultural” (AGUIAR E SILVA, 2015). Qualquer tentativa de cânone literário em português deve valorizar a ideia de “diversidade” que pode resultar em reconhecimentos genuínos e diálogos contínuos. Cânone é uma palavra que pesa, provocadora de muitos debates e radicalidades. Não precisamos, na verdade, de “um cânone”, mas precisamos, sim, poder conhecer vozes literárias incontornáveis nas culturas de língua portuguesa, que se movimentam nessa língua, dando-lhe frescor renovado, recriação constante e encontros provocativos a tornarem irrelevantes as cronologias e historicismos literários: Camões? Gregório de Matos? Garrett? José de Alencar? Camilo e Eça? Machado de Assis? Cesário Verde? Pessoa? Florbela Espanca? Bandeira? Mário de Sé-Carneiro, Drummond? Mário de Andrade? Osvald de Andrade? Cecília Meireles? Jorge de Sena? Herberto Helder? Sophia de M. B. Andresen? Maria Teresa Horta? Saramago? Gonçalo Tavares? Paula Tavares, José Craveirinha, Luandino Vieira? Pepetela? Mia Couto? Ondjaki? Rubem Fonseca? Lygia Fagundes Telles? João Ubaldo Ribeiro? Se indicamos esses, logo lamentamos por não citar outros admiráveis como Carlos de Oliveira, Eugénio de Andrade, Fíama Hasse P. Brandão, Luiza Neto Jorge, Gastão Cruz, Maria Velho da Costa, Agustina Bessa Luís, Mario Cláudio, Nuno Júdice, Al Berto, João Miguel Fernandes Jorge, Luis Quintais, Manuel de Freitas? Caio Fernando Abreu? Paulo Leminsky? Quem nos guiará no labirinto de palavras em três diferentes continentes? Alvaro de Campos? Ruy Belo? Maria Gabriela Llansol? Agostinho Neto? Ruy Duarte de Carvalho? Luís Carlos Patraquim? Guimarães Rosa? Clarice Lispector? Ana Luísa Amaral? Adília Lopes? João Cabral de Melo Neto? Rubem Fonseca? Dalton Trevisan? Milton Hatoum? Lígia Fagundes Telles? Nélida Pinon? Luis Ruffato? Ferreira Gullar? Ana Cristina César, Armando Freitas Filho, Paulina Chiziane, Carlito de Azevedo, Eucanã Ferraz, Marcos Siscar, Marília Garcia? Apenas o onipresente Fernando Pessoa? São tantos nomes angolanos, brasileiros, moçambicanos, portugueses, também de Cabo-Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, que nos interessam e que podem interessar a diferentes leitores... Um cânone comum para aplicação ao ensino em três continentes diferentes não nos parece possível

de ser determinado, mas pode ser discutido para incentivar leituras consteladas, encontros diversos de autores e obras, demonstrando concretamente possibilidades várias de criação. A pergunta seria: que vozes narrativas, poéticas, dramáticas continuam a soar, atravessando séculos, ou estão ao nosso lado, no aqui e agora? Que vozes devem circular nos países de língua portuguesa porque nos representam com o melhor de nossa cultura?

Portugal tem uma preocupação com política de língua mais evidente que o Brasil. Veja-se a paixão com que discute o acordo ortográfico. Também pensemos nos leitorados que procura espalhar em diversos lugares do mundo. O Brasil, nessa ação, ainda é menos atuante, embora tenha melhorado sua participação. Por outro lado, a música brasileira tem poder de penetração muito forte e é por ela que frequentemente a sedução pela língua portuguesa começa. É inegável que o Brasil representa hoje cerca de 210 milhões de falantes; Portugal, cerca de 10 milhões; e, na África, há cerca de 36 milhões de falantes do português, como primeira ou segunda língua. Surtirá efeito demarcar um cânone literário em português para circular em todos os países de língua portuguesa, presente em seus diferentes sistemas de ensino? Frente a essa pergunta, consideramos que não. Não será útil instituir um cânone, mas é útil discutir pluralidade, pois há cânones nos diversos espaços e tempos. Cada projeto literário de ensino tem que ter a habilidade de constituir um *corpus* plural de vozes que falem aos nossos jovens e nem tão jovens leitores.

Num jornal brasileiro de 1899 (UNIÃO PORTUGUEZA, n. 324, p. 1), em pesquisa feita com seus leitores sobre o maior poeta português moderno, com 1.095 votantes, foram considerados os mais importantes, nesta ordem, Guerra Junqueira, João de Deus, Thomaz Ribeiro, Theophilo Braga e Alexandre Herculano. De Junqueira, foi dito então: “Triunfou Guerra Junqueira, o poeta sublime, entusiasta do belo e do generoso, a alma vibrátil e o talento pujante, que seria grande e notável em qualquer país” (UNIÃO PORTUGUEZA, n. 324, p. 1). Hoje, no século XXI, ao olharmos para esse micro “cânone” poético, pese a admiração por certos nomes ou obras, nada mais significa. E é exatamente ausente Cesário Verde, contemporâneo deles, que é um autor vital para qualquer cânone literário moderno em português.

Em nosso tempo, os estudos literários são marcados pela diversidade de abordagens e de conteúdos, pelo reconhecimento do diferente e pela necessidade do transcultural. A noção de cânone torna-se cada vez mais móvel. Cada leitor deve escolher seus eleitos; cada professor é um leitor; cada escola é uma reunião de leitores; cada sociedade lê o mundo de uma maneira. Encontrar as pontes, juntar os afastados e ouvir os distantes deve ser a tarefa educativa de todos nós que trabalhamos com literatura, compreendendo-a como uma produção sempre em transformação. Além disso, como o cânone é instituído? Por quais vozes? Acadêmicas, críticas, institucionais ou midiáticas? Imersos que estamos em extrema publicidade e consumo massivo, parece que os critérios midiáticos cada vez mais determinam escolhas e isso pode explicar, por exemplo, a presença de certos autores em listas de mais vendidos ou mais lidos, mas outros, não visíveis para a mídia, permanecem atravessando o tempo pela sua constante contemporaneidade.

O tema é realmente complexo e com muitos pontos de debate. A certeza que temos é que não adianta mais falar no singular – temos diversas literaturas em português e diversos gestos de escrita que respondem de forma múltipla a demandas do nosso presente. Pensamos que nosso trabalho no campo literário de língua portuguesa deve ser exatamente valorizar a diversidade, estabelecer diálogos inovadores e desenvolver práticas de leitura que demonstrem como o texto literário tem suas especificidades e como cada autor, na elaboração de sua obra, entra em diálogo com tantos outros. Os estudos comparados devem ser sempre incentivados para que essas vozes falem. Não precisamos de um cânone oficial para unificar o ensino literário nos países de língua portuguesa, que mal ou bem acaba sendo delineado pelas histórias críticas das literaturas e seus ensaístas especializados, mas de uma compreensão de ensino de literatura que não se satisfaça com apenas um lado da cultura literária em português. Precisamos fortalecer os estudos literários de língua portuguesa nas suas três grandes vertentes: africana, brasileira e portuguesa; precisamos do olhar transcultural e de políticas inteligentes de circulação de obras literárias nos países de língua portuguesa, que não haja barreiras alfandegárias e nem impostos de importação que tornam impossível o acesso às edições literárias

de outros países, que os livros possam circular livremente no espaço da língua portuguesa e que as pessoas tenham acesso para compra ou empréstimo em bibliotecas públicas e universitárias, seja no Brasil, em Portugal ou em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde ou São Tomé e Príncipe.

No Brasil contemporâneo, não prospera a discussão de um cânone único, que soaria como autoritário ou mesmo anacrônico. Devem prosperar, sim, os estudos comparados e os apoios concretos a projetos eficientes de ampliação de acesso à leitura, porque antes de definir cânones (no tempo ou no espaço), deve-se possibilitar a todos o exercício pleno da leitura, a formação continuada de leitores e o direito de escolha de suas leituras. Cabe à Escola essa formação e essa ação crítica (mas, para isso, não pode estar debilitada), cabe à Universidade, em seus cursos de Letras, intensificar a formação de leitores especiais, de críticos, de ensaístas, de investigadores, de professores que, atuando em prol do literário em língua portuguesa, contribuam efetivamente para a escola fundamental e média e atuem de diferentes formas na sociedade como profissionais da leitura e da literatura, agentes culturais, agentes de divulgação e de questionamento crítico da múltipla cultura de língua portuguesa. Esta, por sua imensa riqueza, pode unir, em nosso presente, mais de 260 milhões de falantes de diferentes maneiras, tornando-nos conscientemente inter e transculturais, ampliando nossa presença no mundo contemporâneo. Isto não é um projeto necessário somente para o Brasil, mas uma meta política necessariamente ambiciosa para todos os países que pensam e sentem em português.

#### DIVERSITY AS CANON: LITERARY STUDIES IN PORTUGUESE

##### ABSTRACT

Since the divulgation of the first version of the National Curricular Common Base published by the Brazilian Ministry of Education (MEC) in September 2015 and second version in April 2016, this text is developed in a critical reflection on how literary studies in Portuguese are indicated in this document, its presence and importance in Brazilian primary and secondary education, with the absence of a truly broad and effective project of literary interculturality. The treatment given, in this Base, to Portuguese literature in the plural literary

formation of young Brazilian readers. The importance of diversity as a canon in the contemporary understanding of Portuguese language literatures and their teaching.

KEYWORDS: Teaching Portuguese literature, Canon, Interculturality, BNCC – MEC, Portuguese literature.

---

## LA DIVERSIDAD COMO CANON: ESTUDIOS LITERARIOS EN PORTUGUÉS

### RESUMEN

A partir del lanzamiento de la primera versión del Currículo Nacional Base Común publicada por el Ministerio de Educación (MEC) de Brasil, en septiembre de 2015 y su segunda versión en abril de 2016, en este texto se desarrolla una reflexión crítica sobre como los estudios literarios en portugués se indican en ese documento, su presencia y su importancia en la educación básica y secundaria brasileña, con la ausencia de un proyecto más amplio y eficaz de interculturalidad literaria. El tratamiento que se da, en esta Base, a la literatura portuguesa en la educación literaria plural de los jóvenes lectores brasileños. La importancia de la diversidad como un canon para la comprensión contemporánea de las literaturas de la lengua portuguesa y su enseñanza.

PALABRAS CLAVE: Enseñanza de las literaturas de lengua portuguesa, Canon, interculturalidad, BNCC – MEC, Literatura portuguesa.

---

### NOTAS

- 1 Originalmente, este trabalho foi apresentado como conferência a um público estrangeiro no âmbito do Congresso Internacional Culturas e Literaturas em Diálogo: Identidades em Movimento, realizado nos dias 12 a 14 de maio de 2016, na Università degli Studi di Perugia, Itália, organização do Centro de Estudos Comparados Ítalo-luso-brasileiros.
- 2 Essa segunda versão pode ser examinada integralmente no site da Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2015.

- 3 Na segunda versão da BNCC, publicada em abril de 2016, em decorrência certamente dos debates provocados e contribuições recolhidas, a literatura portuguesa voltou a ser nomeada na Base, mas, quando isso ocorre, nota-se a preocupação de limitar sua presença a uma tradição que a literatura brasileira conseguiu romper. À página 97 é dito: “[...] Essa formação envolve vincular os textos lidos ao seu contexto de produção – e aí entram, por exemplo, os estudos históricos – e deve possibilitar que o/a estudante reflita, no interior das práticas de leitura, sobre o próprio processo de constituição da literatura brasileira. Esse percurso não pode ser feito sem a leitura de autores do cânone ocidental, sobretudo da literatura portuguesa”; na página 530, é referido: “Compreender a presença do cânone ocidental, principalmente da literatura portuguesa, no processo de constituição da literatura brasileira, a partir da leitura de autores dessas literaturas, percebendo assimilações e rupturas, na busca de uma identidade nacional”. A literatura portuguesa volta a ser citada, mas o projeto de formação literária continua a ser excludente e não inclusivo. Interessa mais a ideia de ruptura do que de diálogo, de pluralidade da cultura de língua portuguesa. Um dado curioso é que, na segunda versão, o MEC agradece a “Associações Profissionais e Científicas abaixo listadas pelas contribuições críticas na discussão pública para a construção da Base Nacional Comum”. A Associação Brasileira de Professores de Literatura Portuguesa (ABRAPLIP) que se manifestou também sobre a primeira versão, enviando documento com suas contribuições críticas, tal qual ABRALIC, ABRALIN e ANPOLL, não foi citada na lista de agradecimentos. Seu documento não terá recebido nenhuma atenção?
- 4 Sobre as relações luso-brasileiras, aproximações e afastamentos, nada melhor que ler os vários ensaios e livros produzidos por Eduardo Lourenço, esse nome maior da cultura portuguesa do século XX que tanto vem refletindo sobre isso. Ver *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia* (1999) e *Do Brasil, fascínio e miragem* (2015).
- 5 Em 06 de março de 2016, esse jornalista publicou o resultado de seu inquérito sobre “Cânone literário lusófono: uma ideia que provoca resistências”. O texto integral está disponível em: <<https://publicístico/2016/03/06/culturaipsilon/noticia/canone-literario-lusofono-uma-ideia-que-provoca-resistencias-1725343>>. Acesso em: 6 mar. 2016.
- 6 Para ler a respeito, consultar este site: <<http://desporto.publico.pt/Londres2012/noticia/um-canone-literario-que-mostre-a-diversidade-da-lingua-portuguesa-1716290>>.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel. Em busca de cânone literário para a língua portuguesa. In: *Congresso internacional Língua Portuguesa: Uma Língua de Futuro*, Coimbra, 2015. Disponível em: <<http://desporto.publico.pt/Londres2012/noticia/um-canone-literario-que-mostre-a-diversidade-da-lingua-portuguesa-1716290>>. Acesso em: 2 dez. 2015.

BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR. 1. versão. Brasil: MEC. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/conheca>>. Acesso em: 25 out. 2015.

\_\_\_\_\_. 2. versão. Brasil: MEC. Disponível em: <[basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf)>. Acesso em: abr. 2016.

LOURENÇO, Eduardo. *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. Lisboa: Gradiva, 1999.

\_\_\_\_\_. *Do Brasil, fascínio e miragem*. Lisboa: Gradiva, 2015.

QUEIRÓS, Luis Miguel. Cânone literário lusófono: uma ideia que provoca resistências. In: *Jornal O Público*, Lisboa, 06 mar. 2016. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2016/03/06/culturaipsilon/noticia/canone-literario-lusofono-uma-ideia-que-provoca-resistencias-1725343>>. Acesso em: 6 mar. 2016.

UNIÃO PORTUGUEZA. n. 324. Rio de Janeiro: 02 dez. 1899.

---

Submetido em 9 de dezembro de 2016.

Aceito em 9 de janeiro de 2017.

Publicado em 12 junho de 2017.

---